UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO
– EDITAL Nº 12/2026 - COPESE/UFPI

REALIZAÇÃO

COPESE
Concursos, Projetos
Estratégicos e Seleções

CADERNO DE QUESTÕES
Cargo: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

DATA: 18/10/2026
NÚMERO DE QUESTÕES: 50
HORÁRIO: das 08:30h às 12:30h

Nº DE INSCRIÇÃO:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- Verifique se este caderno contém um total de 50 questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de respostas. Se não estiver completo, solicite ao fiscal de sala outro Caderno de Provas. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

- As questões estão assim distribuídas:

  LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  MATEMÁTICA: 11 a 20
  LEGISLAÇÃO: 21 a 30
  CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 31 a 50

- O candidato não poderá entregar o caderno de questões antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

- As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **Cartão-Resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta escrita grossa.**

- Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **Cartão-Resposta devidamente assinado**. A não devolução implicará na **eliminação do candidato.**

LEIA O TEXTO I PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES DE 01 A 05.

A importância do serviço público

O serviço público é algo inerente à própria história da humanidade. Sempre existiu e tem por finalidade prestar trabalho de qualidade a uma determinada coletividade. Com o passar dos anos, a forma de ingresso no serviço público mudou. Hoje o critério não é ser amigo do rei. Hoje, independente da origem social da pessoa, ela pode se submeter a um concurso e ingressar na administração pública. É uma escolha, é uma opção de vida. As portas estão abertas para todos. Lamentavelmente, nas últimas décadas o servidor público tem recebido ataques ferozes de todos os lados, como se fosse culpado por todas as mazelas que ocorrem no país.

Vive-se um momento delicado, com uma pandemia batendo às nossas portas. Questiona-se: Quem está na linha de frente colocando a cara a tapa? Quem está colocando a sua própria vida em jogo para salvar as pessoas? Quem está cuidando da segurança dos cidadãos? Resposta! São os servidores públicos. Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo, mas, na realidade, a intenção é destruir o serviço público, comprometer ainda mais a qualidade dos trabalhos prestados às camadas mais carentes da sociedade brasileira. Não se pode negar que vários segmentos da sociedade também estão contribuindo no combate ao coronavírus.

São nos momentos adversos que vem à tona as contradições. São nos momentos de dificuldades que deve se tirar algumas lições. Esse discurso do liberalismo, discurso do estado mínimo, discurso que o mercado resolve tudo é balela. É imprescindível um estado forte para intervir em defesa dos fragilizados socialmente. Não se pode tratar os desiguais de forma igualitária, pois com isso o fosso social se agravaria ainda mais. Na realidade esse discurso liberal tem por objetivo continuar protegendo uma minoria abastada que concentra em suas mãos a riqueza do país.

O discurso do Estado mínimo tem como objetivo manter os privilégios, manter as benesses nas mãos de uma minoria que lucra quantias fabulosas no sistema financeiro, nas mãos de uma elite que não é tributada sobre os lucros e dividendos e nas mãos de uma camada que se beneficia pela não regulamentação, até a presente data, do imposto sobre as grandes fortunas.

A maioria da classe política é muito egoísta, mesmo no momento de pandemia continua recebendo a verba indenizatória, totalmente imoral. Uma classe política que só pensa nos seus interesses pessoais, que não abre mão dos privilégios bancados pela sociedade brasileira e, nos momentos de dificuldades, sempre joga a responsabilidade nos ombros dos mais fracos, demonstra não ter compromisso com a população que a elegeu, além disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no país a culpa é do Servidor Público.

O governo acabou de aprovar uma reforma previdenciária, que aumentou de forma astronômica as alíquotas previdenciárias dos servidores públicos. Isso representou uma redução salarial, uma perda do poder aquisitivo e, consequentemente, uma queda na qualidade de vida de muitas famílias.

Não se pode abrir mão de um serviço público de qualidade, com profissionais preparados e bem remunerados. Os servidores públicos não podem ficar a bel prazer dos governantes de plantão, dependendo do humor do gestor público, pois o compromisso maior é garantir serviço de qualidade, de forma permanente para a sociedade brasileira, pois, afinal de contas, os homens passam e as instituições continuam.

*__Edivaldo Rocha dos Santos__ é bacharel em Direito e professor de História, servidor do TRE-MT. Fonte: https://www.fenajufe.org.br/artigos/a-importancia-do-servico-publico/ Texto publicado em: 21 maio 2020. Acesso em: 18 ago. 2026.

Com base no texto I, responda às questões a seguir:

1. Considerando as relações de significação entre as palavras assinale a opção CORRETA.

(A) **Vírus** é um hiperônimo de **coronavírus**.

(B) Em "Querem destruir a imagem do servidor público, querem fragilizá-lo", **destruir** e **fragilizar** são parônimas, pois derivam de radicais diferentes, mas compartilham a mesma origem etimológica.

(C) Nas frases "A maioria da **classe** política é muito egoísta" e "O político demonstrava muita **classe**" as palavras em destaque podem ser consideradas homônimas perfeitas já que possuem a mesma escrita (grafia) e o mesmo som (pronúncia), mas apresentam significados diferentes.

(D) Nas frases "Quem está na linha de frente colocando a **cara** a tapa?" e "A comida está muito **cara**" as palavras em destaquem revelam um exemplo de polissemia.

(E) Na frase "São nos momentos **adversos** que vem à tona as contradições" um sinônimo possível para a palavra em destaque seria "delicado".

2. No tocante à acentuação gráfica, assinale a opção INCORRETA:

   (A) Na frase "Não se pode negar que **vários** segmentos da sociedade **também** estão contribuindo no combate ao **coronavírus**", as palavras em destaque são acentuadas pela mesma regra de acentuação.

   (B) Na frase "O serviço **público** é algo inerente à própria história da humanidade", a palavra em destaque é acentuada por ser proparoxítona.

   (C) Na frase "A maioria da classe **política** é muito **egoísta**", a palavra "política" é acentuada por ser proparoxítona. Já a palavra "egoísta" é acentuada por causa da regra do hiato.

   (D) Na frase "O governo acabou de aprovar uma reforma **previdenciária**", a palavra em destaque é acentuada porque é paroxítona terminada em ditongo crescente.

   (E) Na frase "... **além** disso, incentiva o discurso que tudo que ocorre de ruim no **país**", a palavra "além" é acentuada por ser oxítona terminada em, "em", já a palavra "país" é acentuada por causa da regra do hiato.

3. Analise as afirmações abaixo no que concerne à regência verbal e nominal, em seguida, assinale a opção CORRETA.

   I. Na frase "Com o passar dos anos", há regência verbal.

   II. Na frase "Hoje o critério não é ser amigo do rei", há regência nominal.

   III. Na frase "Quem está cuidando da segurança dos cidadãos", existem **as duas regências**: a regência verbal e a regência nominal.

   (A) Apenas I está correta.

   (B) Apenas II está correta.

   (C) Apenas III está correta.

   (D) Apenas I e II estão corretas.

   (E) Apenas II e III estão corretas

4. Na frase "... a qualidade dos trabalhos prestados **às** camadas mais carentes da sociedade brasileira", o sinal indicativo de crase está empregado corretamente. Assinale a opção onde isso também ocorre:

   (A) O governo se compara à alguém que tem perda de memória.

   (B) Ele se referiu às pessoas que atuam no serviço público.

   (C) Os sindicatos aludem à uma causa específica.

   (D) O serviço público precisa ser entendido à partir das necessidades do povo.

   (E) Os trabalhos foram destinados à ele.

5. Na frase "Querem destruir a imagem do servidor público, querem **fragilizá-lo**" a palavra em destaque revela correção no uso do pronome átono. Trata-se da **ênclise** (o pronome fica depois do verbo), aplicada ao verbo principal que está no infinitivo. Assinale a opção que contém ERRO na colocação pronominal.

   (A) Alguém o viu sair do serviço mais cedo.

   (B) Não a vejo desde o último expediente.

   (C) Foram os servidores que o viram.

   (D) Novamente o viram nas imediações da universidade.

   (E) A família viu-o sair para o trabalho.

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES 6 A 10.

TEXTO 2

(Título do texto omitido para fins didáticos)

Marcus André Melo (Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante do MIT e da Universidade Yale (EUA)) – Com adaptações

Temos assistido a um degaste sustentado da capacidade de Estado em nosso país. Em termos comparativos, nós tivemos uma trajetória relativamente bem-sucedida, embora incompleta, de afastamento de certos setores da administração pública em relação à política partidária, ao familismo e ao patrimonialismo

Uma das peças dessa trajetória tem sido a disseminação dos concursos públicos. O Brasil foi o primeiro país na América Latina a instituir o concurso público (1936) como forma de ingresso para carreiras no governo federal. Na área da diplomacia, os concursos datam de 1919.

A China aparece como a grande precursora. No início do século 11, as provas dos concursos já eram copiadas para impedir que os examinadores reconhecessem a caligrafia dos candidatos, e cada uma era avaliada por duas pessoas! Dois séculos depois, centenas de milhares disputavam as seleções. A partir de meados do século 17, a probabilidade de aprovação em cada etapa chegava a apenas 1 em 6.000.

O sistema sobreviveu, com poucas interrupções, até 1904. Foi abandonado e reintroduzido em caráter experimental apenas em 1987, quando o regime iniciou reformas econômicas e políticas. A ironia histórica é iluminadora: o país que inventara os concursos abandonou-os para depois retomá-los.

O Reino Unido adotou princípios meritocráticos em 1855, mas a competição realmente aberta só começou depois de 1870. Nos Estados Unidos, o Pendleton Act de 1883 instituiu o acesso meritocrático e criminalizou os assessments (dízimo pago pelos funcionários que eram nomeados pelos partidos, prática introduzida recentemente entre nós). Inicialmente restrito a uma pequena parcela do funcionalismo federal, o sistema alcançava 88% dos servidores em 1951. Na Argentina, a primeira lei federal sobre concursos é de 1973, segundo o The Merit Project: A New Dataset on Civil Service Examinations, 1789–2020, de Driscoll et al (2015).

O concurso não implica meritocracia e tem limitações importantes. Tampouco produz um Estado competente. Leis podem coexistir com patronagem, exceções e seleções fraudulentas. Onde não existem regras impessoais de recrutamento, dificilmente existe burocracia meritocrática. O concurso limita o patronato na entrada da burocracia, mas não controla a seleção de seus dirigentes nem impede que redes familiares capturem as instituições encarregadas de fiscalizá-la.

O que ainda se observa em nosso país, sobretudo no âmbito subnacional, onde se concentram 90% dos vínculos públicos, são estruturas patrimoniais e familistas. Elas se expressam das mais diversas formas: nomeações cruzadas ou familismo despudorado nos três Poderes. E aqui há pouca distinção ideológica. As nomeações de esposas de governadores para tribunais de contas —são oito casos recentes— são as mais escabrosas.

A degradação atual não consiste no desaparecimento dos concursos, mas na expansão de redes políticas e familiares ao redor das burocracias profissionais, neutralizando o universalismo formal que elas deveriam proteger. Nas redes familiares que entrelaçam, por exemplo, advogados e magistrados, e que ganharam escala inédita, o conflito de interesses é o menor dos problemas.

Fonte:
www1.folha.uol.com.br/colunas/marcusmelo/2026/08. Acesso em: 17/8/2026

6. Tomando por base a tese defendida no texto 2, assinale a opção que pode funcionar adequadamente como um título para ele.

(A) Meritocracia na base e patrimonialismo no topo.

(B) A lisura dos concursos públicos em países do mundo.

(C) A disseminação dos concursos públicos no mundo.

(D) Patrimonialismo na base e meritocracia no topo.

(E) O protagonismo da China na criação de concursos públicos.

7. Assinale o item que identifica e justifica adequadamente o gênero textual ao qual se vincula o texto 2.

   (A) Editorial, porque tem como objetivo apresentar a opinião institucional de uma empresa jornalística sobre os concursos públicos.

   (B) Crônica, porque tem como objetivo oferecer um relato confiável de fatos acerca de concursos públicos.

   (C) Artigo de opinião, porque tem como objetivo apresentar uma opinião pessoal sobre os concursos públicos.

   (D) Carta aberta, porque tem como objetivo mobilizar a sociedade em prol de uma causa ligada aos concursos públicos.

   (E) Carta de leitor, porque tem como objetivo oferecer um ponto de vista social sobre os concursos públicos.

8. Assinale a opção que NÃO faz a associação adequada entre expressões referenciais e os sentidos a elas atribuídos com base na ideia global do texto 2:

   (A) A expressão referencial **"as seleções" (linha 9)** faz retomada indireta de sentido de concursos públicos na China.

   (B) A expressão referencial **"o regime" (linha 12)** faz retomada indireta de sentido de sistema de concursos chineses.

   (C) A expressão referencial **"o sistema" (linha 11)** faz retomada indireta de sentido do modo de funcionamento dos concursos públicos chineses.

   (D) A expressão referencial **"que" (linha 30, em "que ganharam")** retoma o universalismo formal.

   (E) A expressão referencial **"elas" (linha 29)** retoma as burocracias profissionais.

9. Assinale o item a seguir que se encontra completamente adequado em relação à pontuação, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

   (A) Assim como, a pólvora e o papel, também os concursos públicos vieram da China.

   (B) Hoje qualquer um, pode assumir um cargo público sem precisar de apadrinhamento.

   (C) Os cargos/funções de livre nomeação depõem contra a isonomia de acesso aos cargos públicos em qualquer lugar do mundo.

   (D) Concurso público é a forma mais democrática de seleção para o exercício de função pública, quem disse o contrário, ou é mal intencionado ou alienado.

   (E) No caso do acesso a cargos públicos, a meritocracia, meu caro leitor poderia/deveria ser ampliada. Há espaço para isso.

10. Assinale o item em que os verbos usados no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito se encontram correlacionados de modo coerente, de acordo com a norma culta do português brasileiro:

    (A) Depois que ingressaram no parque, as crianças notavam que as paredes estavam rachadas e que teve teias de aranha em todos os cantos. O telhado estava todo quebrado e todas as piscinas estavam com a água verde e suja.

    (B) Era uma vez uma menina chamada Chapeuzinho Vermelho. Um dia, sua mãe pedia a ela para levar uma cesta com doces para a vovó doentinha e advertiu a menina: "Não entre na floresta nem converse com estranhos".

    (C) Um rei e uma rainha viviam em um luxuoso palácio. Um belo dia, a rainha dizia ao seu marido que logo teriam um bebê no castelo, pois estava grávida. Meses depois, uma princesa nasceu.

    (D) A pequena Cinderela ficou órfã de mãe. Mas logo o pai da menina se casava novamente. E, para a tristeza de Cinderela, a sua madrasta era uma viúva e tinha duas filhas muito más.

    (E) Era uma vez uma mulher que, quando ficou grávida, sentiu forte desejo de comer beterraba. Para satisfazer a esposa, o marido passou a pegar beterrabas na horta de uma vizinha.

MATEMÁTICA

11. Uma empresa do ramo alimentício produz 125 kg (quilos) de manteiga por dia. A manteiga é colocada em potes de 250 g (gramas) e distribuída em caixas com 50 destes potes. Um supermercado encomendou 250 caixas. Qual é a menor quantidade de dias possível para que a empresa consiga entregar este pedido?

(A) 10
(B) 15
(C) 18
(D) 20
(E) 25

12. Um investidor investe R$ 1.000,00 em uma instituição financeira que paga 1% ao mês no regime de juros simples. Em quanto tempo ele terá ganho R$ 500,00 de juros?

(A) 2 anos e 4 meses
(B) 3 anos e 6 meses
(C) 4 anos e 2 meses
(D) 5 anos e 8 meses
(E) 6 anos e 5 meses

13. Dois corredores, Paulo e Pedro, disputam uma prova em uma pista circular. Paulo completa uma volta em 16 minutos e Pedro em 22 minutos. Se ambos largam lado a lado do ponto de partida da pista, em quanto tempo estarão novamente emparelhados no mesmo ponto de partida?

(A) 2 horas e 50 minutos
(B) 2 horas e 56 minutos
(C) 5 horas e 52 minutos
(D) 5 horas e 56 minutos
(E) 6 horas e 2 minutos

14. A decoração de uma festa de aniversário utilizou balões nas cores azul, amarelo, verde e vermelho. As quantidades de balões de cada cor satisfazem as seguintes condições:

(I) A quantidade de balões na cor azul é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.
(II) A soma da quantidade de balões nas cores azul e verde é igual a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e vermelho.
(III) A quantidade de balões na cor vermelho é menor que a quantidade de balões na cor azul.

Qual das opções abaixo contém a informação CORRETA à respeito dos balões?

(A) A quantidade de balões na cor azul é igual ao dobro da quantidade de balões na cor verde.
(B) A quantidade de balões na cor amarelo é igual a quantidade de balões na cor verde.
(C) A quantidade de balões na cor amarelo é menor que a quantidade de balões na cor verde.
(D) A quantidade de balões na cor amarelo é maior que a quantidade de balões na cor verde.
(E) A quantidade de balões na cor vermelho é maior que a soma da quantidade de balões nas cores amarelo e verde.

15. Uma escola possui turmas nos turnos manhã e tarde. No turno da manhã há 400 estudantes a mais que no turno da tarde. Além disso, há 20 estudantes a mais no turno da manhã que 60% do número total de estudantes da escola. Qual das opções abaixo contém o quociente entre o número de estudantes do turno da tarde e o número de estudantes do turno da manhã?

(A) $\frac{2}{3}$

(B) $\frac{7}{11}$

(C) $\frac{9}{13}$

(D) $\frac{5}{6}$

(E) $\frac{3}{4}$

16. Pretende-se dividir um retângulo medindo 1,26 m de largura por 2,1 m de comprimento em quadrados com lados de mesma medida. Qual deve ser a medida dos lados desses quadrados para que se tenha o mínimo de quadrados?

(A) 6 cm

(B) 16 cm

(C) 30 cm

(D) 42 cm

(E) 54 cm

17. Um grupo de estudantes decidiu ir para uma pizzaria após um exame de Matemática. A conta total foi de R$ 300,00 e foi dividida igualmente entre todos os estudantes. No momento do pagamento dois estudantes não estavam com seus cartões de crédito e a conta foi novamente dividida igualmente entre cada um dos demais, fazendo com que cada um destes pagasse R$ 25,00 a mais em relação ao que teria pago na primeira divisão. Qual das opções abaixo contém a soma entre a quantidade total de estudantes do grupo e o valor pago por um dos pagantes?

(A) 81

(B) 82

(C) 84

(D) 85

(E) 86

18. Em um determinado grupo de pessoas, formado por adultos e crianças, o peso médio dos adultos é 70 kg e o peso médio das crianças é de 30 kg. Sabendo que o peso médio geral do grupo é 62 kg, é CORRETO afirmar que:

(A) O número de adultos é igual ao número de crianças.

(B) O número de adultos é o dobro do número de crianças.

(C) O número de adultos é o quádruplo do número de crianças.

(D) O número de adultos é seis vezes o número de crianças.

(E) O número de adultos é menor que o número de crianças.

19. Os números naturais de 1 a 12 estão distribuídos na tabela 4×3 a seguir. Sabendo que a soma dos elementos da primeira linha é igual a 21, a soma dos elementos da segunda linha é igual a 18, a soma dos elementos da terceira linha é igual a 20, a soma dos elementos da última é igual a 19 e a soma dos elementos da segunda coluna é 42. Qual das opções a seguir contém o valor de X+Z+B?

1	X	Y
2	Z	W
3	A	B
4	9	C

(A) 24
(B) 26
(C) 27
(D) 30
(E) 33

20. João investiu R$ 2.000,00 a 10% ao mês no regime de juros simples e Paulo aplicou R$ 10.000,00 a uma taxa de $i\%$ ao mês no regime de juros compostos. Sabendo que após 3 meses o montante de Paulo é o quíntuplo do montante de João, é CORRETO afirmar que:

(A) $i < 10\%$
(B) $i = 32\%$
(C) $i > 50\%$
(D) $i = 18\%$
(E) $20\% < i < 30\%$

21. Joaquim é servidor público federal efetivo, ocupante de cargo técnico-administrativo de nível médio na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no qual tomou posse por nomeação, após aprovação em concurso público, tendo entrado em exercício regularmente. Passados três anos, Joaquim foi aprovado em concurso público para outro cargo público federal, inacumulável com aquele que já ocupava, e nele tomou posse, sem se exonerar do cargo anterior.

    À luz da Lei nº 8.112/1990, o cargo anteriormente ocupado por Joaquim na UFPB ficará vago em razão de:

    (A) exoneração de ofício, por inobservância das condições do estágio probatório.

    (B) reversão, em decorrência do retorno de servidor aposentado à atividade.

    (C) promoção, decorrente de desenvolvimento na carreira do servidor.

    (D) readaptação, em virtude de limitação de capacidade física ou mental constatada em inspeção médica.

    (E) posse em outro cargo público inacumulável, hipótese expressamente prevista em lei como causa de vacância.

22. Mariana realizou concurso público para provimento de cargo de técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao ser aprovada e classificada dentro do número de vagas foi regularmente nomeada pela autoridade competente. Até o presente momento, contudo, Mariana ainda não compareceu para tomar posse, encontrando-se dentro do prazo legal para tanto.

    De acordo com o conceito de servidor previsto na Lei nº 8.112/1990, é CORRETO afirmar que Mariana:

    (A) já ostenta a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação, a classificação e a nomeação, por si sós, já caracterizam a investidura em cargo público.

    (B) adquirirá a condição de servidora pública apenas quando entrar em exercício, sendo a posse mero ato preparatório, destituído de efeitos jurídicos próprios.

    (C) somente adquirirá a condição de servidora pública quando tomar posse, ato que, nos termos da lei, caracteriza a investidura em cargo público.

    (D) não poderá mais adquirir a condição de servidora pública, uma vez que a aprovação em concurso gera apenas mera expectativa de direito, esgotada com a nomeação.

    (E) adquiriu a condição de servidora pública no momento em que foi homologado e publicado o resultado final do concurso público.

23. A vigilância sanitária municipal, após constatar risco iminente à saúde da coletividade em um estabelecimento comercial, determinou a interdição imediata desse local, promovendo o fechamento das portas com lacre, sem requerer prévia autorização do Poder Judiciário.

    Ao executar materialmente a sua decisão, a Administração Pública, através da vigilância sanitária municipal, evidencia o seguinte atributo dos atos administrativos:

    (A) Presunção de legitimidade, atributo pelo qual o ato administrativo é válido até prova em contrário, cabendo ao interessado o ônus de demonstrar eventual ilegalidade.

    (B) Autoexecutoriedade, atributo que permite à Administração Pública executar diretamente suas decisões, inclusive mediante o uso de meios coercitivos diretos.

    (C) Tipicidade, atributo segundo o qual o ato deve corresponder a figura previamente definida em lei como apta a produzir determinado efeito jurídico.

    (D) Discricionariedade, atributo que autoriza a Administração a escolher livremente, sem qualquer parâmetro legal, o momento e a forma de sua atuação diante de risco à saúde pública.

    (E) Imperatividade, atributo que se traduz na possibilidade de a Administração impor unilateralmente obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância, dispensada qualquer execução material direta do ato.

24. Após suposta infração disciplinar atribuída a Rogério, servidor técnico-administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi instaurado processo administrativo disciplinar. Constituída a comissão, a mesma foi composta por três servidores estáveis, dentre eles, o presidente, que designou servidor para secretariar os trabalhos. Um dos membros da comissão é primo de Rogério, parentesco do qual a autoridade instauradora tinha conhecimento no momento da designação. Rogério, cientificado, requereu a exclusão desse membro por impedimento, invocando o parentesco existente. O requerimento foi indeferido pela comissão, e os trabalhos prosseguiram regularmente. Em razão da complexidade dos fatos apurados, o prazo de 60 dias para conclusão do processo, contado da publicação do ato que constituiu a comissão, foi prorrogado por igual período, mediante decisão da autoridade competente.

    Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, é CORRETO afirmar que:

    (A) a composição da comissão não está irregular, pois o impedimento legal para participação em comissão de processo disciplinar alcança o cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, somente até o terceiro grau; e a prorrogação do prazo de 60 dias por igual período, diante da complexidade dos fatos, também está em conformidade com a lei.

    (B) a composição da comissão está irregular, pois a lei veda a participação, em comissão de processo disciplinar, de servidor que tenha qualquer grau de parentesco, consanguíneo ou afim, com o acusado, independentemente do grau.

    (C) a composição da comissão está regular quanto ao parentesco, mas a prorrogação do prazo é ilegal, pois o prazo de 60 dias para conclusão do processo disciplinar é improrrogável, devendo a comissão concluir os trabalhos no prazo original, sob pena de nulidade do processo.

    (D) a comissão deveria ter sido composta por cinco servidores estáveis, e não três, dada a gravidade da infração apurada, sendo nula sua constituição com apenas três membros, independentemente do parentesco alegado.

    (E) tanto a composição da comissão quanto a prorrogação do prazo são irregulares, pois o parentesco de qualquer grau impede a participação na comissão e o prazo de 60 dias, uma vez fixado, não admite prorrogação sob nenhuma hipótese.

25. Um usuário apresentou manifestação perante a ouvidoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), questionando a regularidade de procedimento adotado em determinado setor da instituição. Antes de proferir decisão, a ouvidoria, dentro do prazo de que dispunha para decidir, solicitou informações e esclarecimentos diretamente a um servidor lotado no setor questionado. Diante da complexidade da matéria, tanto o prazo do servidor para responder à solicitação da ouvidoria quanto o prazo da ouvidoria para proferir a decisão administrativa final ao usuário foram, cada um deles, prorrogados uma única vez, mediante justificativa expressa.

    Considerando o regime de prazos estabelecido pela Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa dos Usuários de Serviços Públicos), é CORRETO afirmar que:

    (A) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário e o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria são ambos de quinze dias, podendo cada um deles ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, uma única vez.

    (B) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de vinte dias, prorrogável uma única vez por igual período, ao passo que o prazo para o servidor responder à solicitação de informações da ouvidoria é de trinta dias, também prorrogável uma única vez por igual período.

    (C) ambos os prazos mencionados admitem prorrogações sucessivas, por igual período, sempre que a autoridade competente entender necessário, não havendo limite legal para o número de prorrogações.

    (D) o prazo para a ouvidoria proferir a decisão administrativa final ao usuário é de trinta dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período; já o prazo para que o servidor responda à solicitação de informações formulada pela ouvidoria é de vinte dias, também prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período — tratando-se de prazos distintos, com destinatários e finalidades diversos.

    (E) o prazo de trinta dias aplica-se exclusivamente à decisão final da ouvidoria e é improrrogável, sendo a única prorrogação legalmente admitida a do prazo de quinze dias concedido ao servidor para resposta à solicitação de informações.

26. A Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) determinou a veiculação de campanha institucional de divulgação de programa de assistência estudantil. A campanha tem caráter estritamente educativo e informativo, e dela não constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, em conformidade com o disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal.

    Embora o §1º do art. 37 da CF/88 regule matéria relativa à publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, pode-se afirmar que a vedação à promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos nele contida constitui, primordialmente, desdobramento do princípio:

    (A) da publicidade, que, ao exigir transparência da atuação estatal, é autossuficiente para justificar tal vedação.

    (B) da moralidade administrativa, que impõe atuação ética e proba dos agentes públicos, sendo esse o fundamento exclusivo para a vedação da promoção pessoal na publicidade institucional.

    (C) da eficiência, pois campanhas publicitárias sóbrias e informativas otimizam o uso de recursos públicos, sendo esse o principal fundamento da vedação em exame.

    (D) da legalidade, pois a vedação decorre unicamente da necessidade de a Administração atuar nos estritos limites previstos em lei, não guardando relação com os princípios da impessoalidade ou da moralidade.

    (E) da impessoalidade, pois a vedação à promoção pessoal busca assegurar que a atuação administrativa seja voltada ao interesse coletivo, e não à vaidade ou à promoção da imagem pessoal do agente público.

27. Germana é servidora técnico-administrativa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ocupante do cargo de Assistente em Administração — cargo de natureza administrativa geral, sem exigência de formação técnica ou científica específica —, com carga horária de 40 horas semanais. Paralelamente, foi aprovada em concurso público e nomeada para o cargo de professora substituta em outra instituição federal de ensino, com carga horária de 20 horas semanais. Existe compatibilidade comprovada entre os horários das duas atividades e observância do teto remuneratório constitucional.

    Carlos, também servidor técnico-administrativo da UFMG, ocupante do cargo de Assistente em Administração, pretende acumular esse cargo com outro cargo de Assistente em Administração em autarquia federal diversa — nenhum dos dois de magistério, nem privativo de profissional de saúde com profissão regulamentada —, sustentando haver compatibilidade de horários entre ambos, mediante escala especial de trabalho.

    Considerando o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, na redação atualmente vigente, é CORRETO afirmar que:

    (A) tanto a situação de Germana quanto a de Carlos são lícitas, pois a Constituição Federal permite a acumulação remunerada de quaisquer dois cargos públicos, bastando, em qualquer caso, a comprovação de compatibilidade de horários entre as atividades exercidas.

    (B) a situação de Germana é ilícita, pois, para a acumulação de cargo de professor com outro cargo ser lícita, a alínea "b" do art. 37, XVI, da Constituição Federal exige que o segundo cargo seja técnico ou científico, o que não é o caso do cargo de Assistente em Administração por ela ocupado.

    (C) a acumulação pretendida por Germana é lícita, pois um dos cargos por ela ocupados é de professora, e a alínea "b" do art. 37, XVI, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 138/2025, passou a admitir a acumulação de cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza — não mais exigindo que o segundo cargo seja técnico ou científico —, bastando a compatibilidade de horários, já comprovada; já a acumulação pretendida por Carlos é ilícita, pois nenhum de seus dois cargos é de magistério.

    (D) a vedação constitucional à acumulação remunerada, aplica-se exclusivamente a cargos públicos, não alcançando empregos públicos ou funções, tampouco se estendendo a autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

    (E) ainda que a situação de Germana se enquadre em hipótese constitucionalmente permitida de acumulação, a compatibilidade de horários entre as duas atividades é requisito dispensável nesse caso, exigível apenas nas hipóteses em que a acumulação não se enquadra em nenhuma das exceções constitucionais.

28. Rogério, servidor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), recebeu de um colega também servidor da mesma Instituição, para as providências cabíveis, um processo administrativo contendo relatório com informação em desacordo com os fatos. Em vez de encaminhar o documento tal como recebido e relatar a irregularidade, Rogério alterou o teor do relatório antes de dar-lhe seguimento, de modo a ocultar a inconsistência.

    Clarice, outra servidora da UFMA e amiga pessoal de Rogério, presenciou o momento em que ele alterou o documento. Ainda assim, optou por nada comunicar a seus superiores, permanecendo em silêncio sobre o que presenciara, exclusivamente por não querer comprometer a amizade que os une.

    À luz do Decreto nº 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é CORRETO afirmar que:

    (A) apenas a conduta de Rogério configura violação ao Código de Ética; a conduta de Clarice, por não envolver ação positiva de sua parte, mas mera omissão silenciosa, não é alcançada por nenhum dever ou vedação previsto no Decreto nº 1.171/1994.

    (B) a conduta de Rogério configura a vedação do item XV, alínea "h" ("alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências"); a conduta de Clarice, por sua vez, configura simultaneamente o descumprimento do dever fundamental do item XIV, alínea "m" ("comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis") e a vedação do item XV, alínea "c" ("ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética"), pois seu silêncio, motivado por lealdade pessoal ao colega, frustra tanto o dever de comunicação quanto a vedação específica à conivência.

    (C) a conduta de Clarice configura apenas a vedação do item XV, alínea "b" ("prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores"), pois seu silêncio teve o efeito de proteger a reputação de Rogério perante a Administração.

    (D) a conduta de Rogério, embora reprovável do ponto de vista ético, não encontra correspondência em nenhuma vedação específica prevista no item XV do Decreto nº 1.171/1994, configurando apenas violação genérica ao dever de probidade do item XIV, alínea "c" do mesmo Decreto.

    (E) o silêncio de Clarice é conduta eticamente neutra, pois o Decreto nº 1.171/1994 impõe deveres apenas de ação direta do próprio servidor em relação às suas próprias atribuições, não abrangendo o dever de comunicar irregularidades cometidas por terceiros.

29. Antônio foi atropelado por veículo oficial da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) conduzido por Marcelo, servidor público, quando este se deslocava entre unidades do campus a serviço da instituição. Marcelo alega não ter agido com dolo ou culpa, atribuindo o acidente a falha mecânica repentina e imprevisível do veículo. Antônio pretende ser indenizado pelos danos sofridos e cogita ajuizar a ação diretamente contra Marcelo e não contra a UFMT.

    Considerando o disposto no art. 37, §6º, da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

    (A) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra a UFMT, diante da responsabilidade objetiva do Ente Público, bastando a comprovação do nexo causal entre a conduta de Marcelo, nessa qualidade de agente público, e o dano sofrido por Antônio. O que não impede que a UFMT, uma vez condenada a indenizar Antônio, mova ação de regresso contra Marcelo, hipótese em que, aí sim, será necessário comprovar dolo ou culpa do servidor.

    (B) Antônio deve ajuizar a ação diretamente contra Marcelo, pois a responsabilidade pelos danos causados por agente público é do próprio agente, cabendo à UFMT responder apenas subsidiariamente, caso o patrimônio de Marcelo seja insuficiente para a reparação integral do dano.

    (C) a responsabilidade da UFMT perante Antônio depende da comprovação de dolo ou culpa de Marcelo, pois a teoria adotada pelo art. 37, §6º, da Constituição Federal é a da responsabilidade subjetiva do Estado, equiparada, nesse aspecto, à responsabilidade civil comum entre particulares.

    (D) mesmo diante de eventual condenação da UFMT a indenizar Antônio, não caberá ação de regresso contra Marcelo em nenhuma hipótese, pois o art. 37, §6º, da Constituição Federal assegura ao agente público imunidade patrimonial plena por atos praticados no exercício de suas funções.

    (E) a responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal aplica-se somente às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, ainda que o dano seja causado por agente destas no exercício dessa atividade.

30. Madalena tomou posse e entrou em exercício em cargo técnico-administrativo de provimento efetivo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), após aprovação em concurso público. Ao completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício, foi submetida à avaliação de desempenho realizada pela comissão constituída para essa finalidade, nos termos do art. 20, §1º, da Lei nº 8.112/1990, tendo obtido resultado integralmente satisfatório em todos os fatores legalmente exigidos, avaliação essa devidamente homologada pela autoridade competente. Com base nesse resultado, e invocando a literalidade do art. 20, caput, e do art. 21 da Lei nº 8.112/1990 — que mencionam, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos —, Madalena requereu à Administração o reconhecimento imediato de sua estabilidade no serviço público, então com apenas 24 meses de efetivo exercício.

Considerando o disposto nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.112/1990, o art. 41 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, é CORRETO afirmar que o pedido de Madalena:

(A) deve ser deferido, pois a aprovação homologada na avaliação de desempenho realizada aos 24 meses é, por si só, suficiente para a aquisição da estabilidade, nos exatos termos do art. 20 da Lei nº 8.112/1990, que não foi revogado nem alterado por qualquer diploma legal posterior.

(B) não deve ser deferido, pois o estágio probatório e a estabilidade são institutos totalmente autônomos e independentes entre si, de modo que a avaliação de desempenho realizada pela comissão é irrelevante para a aquisição da estabilidade, que decorreria exclusivamente do transcurso do prazo de 3 anos, independentemente de qualquer avaliação favorável ou desfavorável do servidor.

(C) deve ser parcialmente deferido, pois, ainda que a estabilidade em si dependa do prazo de 3 anos exigido pelo art. 41 da Constituição Federal, o estágio probatório, enquanto instituto autônomo disciplinado pelo art. 20 da Lei nº 8.112/1990, encerra-se aos 24 meses, de modo que, a partir desse momento, Madalena deixa de estar sujeita a estágio probatório, ainda que sua estabilidade só venha a ser adquirida 12 meses mais tarde.

(D) não deve ser deferido, pois a aquisição da estabilidade, independentemente de qualquer prazo fixado em lei ou na Constituição, depende sempre de ato discricionário da autoridade competente, praticado à vista de critérios de conveniência e oportunidade não vinculados a qualquer marco temporal.

(E) não deve ser deferido nesse momento, pois, embora os arts. 20, caput, e 21 da Lei nº 8.112/1990 mencionem, respectivamente, os prazos de 24 meses e de 2 anos, essa redação é anterior à Emenda Constitucional nº 19/1998, que elevou para 3 (três) anos de efetivo exercício o prazo exigido pelo art. 41, caput, da Constituição Federal para a aquisição da estabilidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Os sistemas agrícolas e a produção pecuária podem ser classificados como intensivos ou extensivos. Essa noção está ligada ao grau de capitalização e ao índice de produtividade, independentemente do tamanho da área de cultivo ou de criação. Nesse sentido, considerando as relações de trabalho, é CORRETO afirmar que a agricultura extensiva utiliza:

(A) técnicas tradicionais de cultivo e colheita, além de apresentar baixos índices de produtividade.

(B) técnicas modernas de preparo do solo e, por isso, não consegue explorar a terra por um longo período de tempo.

(C) técnicas modernas de produção e, por isso, necessita de trabalhadores com distintas qualificações resultando em relações de trabalho mais complexas.

(D) grandes áreas de cultivo e/ou de pastagem, pois objetiva o lucro e emprega grande quantidade de mão de obra qualificada que reside na propriedade.

(E) pequenas áreas de cultivo e/ou de pastagem, pois há o emprego de técnicas tradicionais de produção gerenciadas pelo proprietário e sua família, que não residem na propriedade.

32. A análise química do solo constitui uma das principais ferramentas utilizadas para o manejo da fertilidade. Seu objetivo é avaliar o estado nutricional do solo e fornecer subsídios para recomendações de calagem, gessagem e adubação. A interpretação da análise deve considerar diversos parâmetros, sendo um deles:

(A) O pH indica o grau de acidez do solo. Valores superior a 7,0 normalmente indicam necessidade de correção da acidez.

(B) O alumínio trocável (Al^{3+}) representa um dos principais fatores limitantes da produtividade em solos tropicais, pois reduz o crescimento das raízes.

(C) A matéria orgânica é desconsiderada para interpretação de análise de solo e recomendações para correção.

(D) A Capacidade de Troca de Cátions (CTC), a saturação por bases (V%) e a saturação por alumínio (m%) são indicadores fundamentais para definição das doses de adubação.

(E) A interpretação dos resultados deve sempre desconsiderar a cultura, a expectativa de produtividade, o sistema de manejo e as características específicas da região.

33. Um produtor agrícola observa que, após o preparo convencional do solo, ocorre formação de crosta superficial, redução da emergência das plântulas e aumento do escoamento superficial durante chuvas intensas. A análise física do solo indicou redução da estabilidade dos agregados e menor infiltração de água.

Considerando os princípios da Física do Solo, assinale a opção CORRETA.

(A) A desagregação dos agregados aumenta a macroporosidade, favorecendo a infiltração e reduzindo a erosão.

(B) Solos com maior quantidade de argila apresentam sempre maior infiltração de água, independentemente da estrutura e do manejo.

(C) A formação de crosta superficial ocorre principalmente pelo aumento da matéria orgânica, que reduz a condutividade hidráulica.

(D) A estabilidade dos agregados influencia a estrutura do solo, afetando a distribuição dos poros, a infiltração de água e a resistência à erosão.

(E) A compactação superficial aumenta a condutividade hidráulica por promover maior contato entre as partículas do solo.

34. Ao longo de anos o desconhecimento da vulnerabilidade ambiental e o uso de técnicas rudimentares praticadas no desenvolvimento de atividades agropecuárias vêm agravando de forma significativa a sustentabilidade e a capacidade produtiva dos recursos naturais. De tal forma, faz-se necessário o uso de técnicas conservacionistas que possibilitem preservar as áreas agrícolas. Entre elas podemos destacar, EXCETO:

(A) Plantio em nível - Consiste no estabelecimento dos cultivos agrícolas em curvas de nível de forma ordenada em diferentes altitudes do terreno. Tem como objetivo reduzir a velocidade do vento durante enxurrada, diminuindo a erosão.

(B) Plantio direto - Consiste no plantio de uma nova cultura sobre os resíduos vegetais de culturas anteriores, efetuando o revolvimento do solo apenas na linha de cultivo.

(C) Sistemas agroflorestais (SAFs) - é um sistema de cultivo consorciado em uma mesma área, buscando imitar a cobertura vegetal da floresta de forma diversificada.

(D) Adubação orgânica - visa melhorar as características físico-químicas e biológicas do solo, repondo nutrientes e a fertilidade dos solos, além de proporcionar um melhor desenvolvimento das culturas agrícolas.

(E) Adubação verde - consiste em cultivar plantas com elevada produção de biomassa vegetal para incorporação ao solo, gerando assim um incremento em sua capacidade produtiva.

35. A classificação pós-colheita na cenoura é realizada de acordo com a cultivar, o tamanho da raiz e a quantidade de defeitos leves e graves. De acordo com o comprimento da raiz existem as seguintes classes:

(A) Classe 10: comprimento da raiz maior ou igual a 10 cm.

(B) Classe 14: comprimento da raiz maior ou igual a 14 cm.

(C) Classe 18: comprimento da raiz maior ou igual a 18 cm.

(D) Classe 22: comprimento da raiz maior ou igual a 22 cm.

(E) Classe 26: comprimento da raiz maior ou igual a 26 cm.

36. Em um pomar de goiabeira, plantas apresentam amarelecimento, redução do crescimento, murcha nas horas mais quentes do dia e galhas nas raízes declínio da planta, demostrando sintomas de ataque de nematoides. Qual nematoide e qual método de controle vem se mostrado eficiente?

(A) *Meloidogyne incognita* / mudas enxertada na Cultivar BRS Guaraçá.

(B) *Meloidogyne enterolobii* / mudas enxertada na Cultivar BRS Guaraçá.

(C) *Meloidogyne incognita* / mudas enxertada na Cultivar BRS Paluma.

(D) *Meloidogyne enterolobii* / mudas enxertada na Cultivar BRS Paluma.

(E) *Meloidogyne enterolobii* / mudas de estaquia sadia.

37. O ciclo das relações patógeno hospedeiro se divide em dois ciclos menores: o ciclo primário, que são os eventos de formação da primeira lesão na planta hospedeira, e o ciclo secundário, que é a ocorrência de vários ciclos iguais ao primário, acarretando o aumento da doença. Assim, quantos e quais eventos estão presente em cada ciclo?

(A) Primário com 5 eventos: sobrevivência, disseminação, infestação, colonização e reprodução.

(B) Secundário com 3 eventos: infestação, colonização e reprodução.

(C) Secundário com 3 eventos: infecção, colonização e reprodução.

(D) Primário com 5 eventos: sobrevivência, disseminação, infecção, colonização e produção.

(E) Secundário com 3 eventos: infecção, colonização e produção.

38. A escolha do método e do sistema de irrigação depende de diversos fatores, é CORRETO afirmar que:

(A) A irrigação por superfície é menos exigente em qualidade e quantidade da água, enquanto a irrigação localizada demanda água em quantidades e qualidade mínimas.

(B) Culturas anuais, com pequeno espaçamento entre plantas, são mais eficientemente irrigadas por aspersão. Já, em lavouras perenes com maiores espaçamentos, a irrigação localizada seria mais vantajosa.

(C) Culturas de maior retorno econômico e com maior valor do produto colhido não justifica a aplicação de métodos mais eficientes e caros.

(D) A irrigação por superfície e a aspersão convencional exigem maior conhecimento técnico do irrigante, enquanto a aspersão mecanizada e a irrigação localizada demandam menos mão-de-obra.

(E) O tipo de solo não é fator determinante para escolha do método

39. Em um sistema de aspersão convencional, a sobreposição adequada entre aspersores pode provocar:

(A) Distribuição mais uniforme da água.
(B) Redução das perdas por vento.
(C) Áreas com excesso e deficiência de irrigação, reduzindo a eficiência do sistema.
(D) Aumento da capacidade de infiltração do solo.
(E) Eliminação da necessidade de avaliação de uniformidade.

40. A atmosfera controlada (AC) é uma importante tecnologia utilizada para complementar à refrigeração ou o armazenamento a frio através de modificações nas concentrações de O_2 e CO_2 que circundam frutos e hortaliças durante o armazenamento (Kader, 2005). Várias são as vantagens do armazenamento sob AC para manga, EXCETO:

(A) reduzir a taxa de transpiração.
(B) reduz a produção de etileno.
(C) retardar o amadurecimento das frutas.
(D) atrasar a decomposição da clorofila.
(E) retardar o amolecimento das frutas.

41. Um engenheiro agrônomo recomendou para produção de milho verde, adubação de fundação 350 kg/ha da formulação 05-30-15. Assim, quais as quantidades dos macronutrientes aplicados:

(A) 52,5 kg de potássico, 20 kg de nitrogênio e 105 kg de fósforo.
(B) 17,5 kg de nitrogênio, 105 kg de fósforo e 52,5 kg de potássio.
(C) 17,5 kg de nitrogênio, 105 kg de potássio e 52,5 de fósforo.
(D) 15 kg de nitrogênio, 90 kg de fósforo e 45 kg de potássio.
(E) 17,5 kg de nitrogênio, 90 kg de fósforo e 52,5 kg de potássio.

42. Acompanhando o desenvolvimento de uma área em produção de soja, o técnico responsável observa o aumento exponencial da população de plantas diferentes à planta cultivada. Essas plantas indesejáveis causam prejuízos ao sistema de cultivo, qual é o principal prejuízo ao sistema produtivo?

(A) Diminuem a compactação do solo e aumentam a disponibilidade de nutrientes.
(B) Aumento na disponibilidade de água.
(C) Maior disponibilidade de matéria orgânica.
(D) Aumento da competição por água, nutrientes e luz.
(E) Disseminação dos inimigos naturais das pragas e doenças da cultura cultivada.

43. O sistema de semeadura direta e conhecido pelas características de manutenção de palhada, ausência de revolvimento do solo, rotação de cultura, uso de herbicidas para controle de plantas daninhas. A rápida decomposição da matéria orgânica é um desafio para manutenção da palhada na superfície do solo. Assim, um produtor para manter palhada no sistema agrícola, é CORRETO afirmar que este deve cultivar espécies: (adaptado-AMAUC-2022)

(A) Com baixa relação carbono/nitrogênio na sua constituição.
(B) Apresenta ciclo curto com grande crescimento inicial.
(C) Ciclo de crescimento lento para aumentar acúmulo de nutrientes.
(D) Sistema radicular fasciculado de pequena penetração no solo.
(E) Alta relação carbono/nitrogênio nos seus tecidos.

44. Um agricultor pretende implantar 5 ha de mandioca em fileiras duplas no espaçamento 2,0 m × 0,6 m × 0,8 m, sendo 2,0 m a distância entre fileiras duplas, 0,6 m a distância entre as duas fileiras de cada conjunto e 0,8 m a distância entre plantas. Admitindo-se uma perda de 12% na brotação e considerando que o agricultor deseja manter a população inicialmente planejada após o estabelecimento da cultura, assinale a opção que apresenta, aproximadamente, a população planejada por hectare e o número total de manivas que deverão ser disponibilizadas para os 5 ha.

(A) 8.333 plantas ha^{-1} e 47.348 manivas.

(B) 9.615 plantas ha^{-1} e 48.077 manivas.

(C) 9.615 plantas ha^{-1} e 54.633 manivas.

(D) 10.417 plantas ha^{-1} e 59.187 manivas.

(E) 12.500 plantas ha^{-1} e 71.023 manivas.

45. Durante a imposição progressiva de déficit hídrico, plantas de uma espécie cultivada apresentaram redução do potencial hídrico foliar, diminuição da condutância estomática e da transpiração e redução da assimilação líquida de CO_2. Sob déficit mais intenso, foram também detectadas alterações metabólicas e redução da eficiência fotoquímica.

Com base na fisiologia das respostas vegetais ao déficit hídrico, assinale a opção CORRETA.

(A) A redução inicial da assimilação de CO_2 decorre necessariamente de danos irreversíveis ao fotossistema II, uma vez que limitações estomáticas são pouco relevantes sob déficit hídrico.

(B) A redução da condutância estomática pode restringir a perda de água, mas também limitar a difusão de CO_2; com o aumento da intensidade ou duração do déficit, limitações metabólicas e fotoquímicas podem contribuir adicionalmente para a redução da fotossíntese.

(C) O fechamento estomático reduz simultaneamente a transpiração e a resistência à difusão de CO_2, favorecendo a manutenção da assimilação de carbono.

(D) O ajustamento osmótico ocorre pelo decréscimo da concentração intracelular de solutos, tornando o potencial osmótico menos negativo e aumentando a absorção de água.

(E) A redução da eficiência fotoquímica sob déficit intenso demonstra que o fechamento estomático deixou de ocorrer e que a limitação da fotossíntese passou a ser exclusivamente bioquímica.

46. A determinação dos períodos de interferência das plantas daninhas constitui ferramenta importante para o planejamento do manejo em culturas agrícolas. Nesse contexto, são considerados o Período Anterior à Interferência (PAI), o Período Total de Prevenção à Interferência (PTPI) e o Período Crítico de Prevenção à Interferência (PCPI). Em determinado experimento, verificou-se que a cultura pode conviver com a comunidade infestante até 20 dias após a emergência (DAE) sem redução economicamente aceitável da produtividade. Por outro lado, quando mantida livre da interferência das plantas daninhas até 55 DAE, a infestação posterior não ocasiona perdas superiores ao limite estabelecido

Com base nesses resultados, assinale a opção CORRETA.

(A) O PAI estende-se de 0 a 55 DAE, enquanto o PTPI termina aos 20 DAE, não sendo possível determinar o PCPI.

(B) O PAI corresponde ao período de 20 a 55 DAE, enquanto o PCPI compreende os primeiros 20 DAE após a emergência.

(C) O PAI estende-se até 20 DAE, o PTPI até 55 DAE e, nas condições avaliadas, o PCPI situa-se entre 20 e 55 DAE.

(D) O PTPI corresponde ao intervalo entre 20 e 55 DAE, enquanto o PCPI se estende da emergência até 55 DAE.

(E) O PCPI termina aos 20 DAE, pois a partir desse momento a interferência das plantas daninhas deixa de afetar a produtividade.

47. O uso de maturadores constitui uma ferramenta de manejo que pode auxiliar o planejamento da colheita e a qualidade tecnológica da matéria-prima. Entretanto, a resposta da cana-de-açúcar à aplicação desses produtos depende de fatores genéticos, ambientais e de manejo. A respeito do emprego de maturadores, assinale a opção CORRETA:

(A) A aplicação de maturadores tem como principal finalidade aumentar a taxa de crescimento dos colmos, elevando simultaneamente TCH e concentração de sacarose durante a fase de maturação.

(B) A eficiência agronômica dos maturadores é determinada predominantemente pela dose aplicada, sendo pouco influenciada pela cultivar e pelas condições ambientais posteriores à aplicação.

(C) A utilização de maturadores substitui a necessidade de acompanhamento da maturação, pois o tratamento determina de forma previsível o momento de máxima concentração de sacarose.

(D) A resposta aos maturadores depende, entre outros fatores, da cultivar, do estádio de desenvolvimento, das condições ambientais, do mecanismo de ação do produto e do intervalo entre aplicação e colheita, devendo a decisão considerar a qualidade tecnológica do canavial.

(E) A aplicação de maturadores é indicada prioritariamente quando o canavial já atingiu seu máximo potencial de maturação, pois sua principal função é manter constante o teor de sacarose até a colheita.

48. A conservação de material propagativo das espécies de plantas cultivadas depende do tipo de semente, que para fins de armazenamento são classificadas em ortodoxas e recalcitrantes.

Considerando a informação apresentadas, assinale a opção CORRETA

(A) A conservação de sementes de fruteiras nativas deve ocorrer em câmaras frias com controle de umidade e temperatura.

(B) A conservação *in vitro* é a ideal para espécies de sementes ortodoxas.

(C) A conservação *ex situ* é mais importante que a conservação *in situ*.

(D) A conservação de sementes das espécies leguminosas (feijão, soja, amendoim etc.) geralmente é feita em câmara fria.

(E) A conservação *in vivo*, no campo, é uma forma segura.

49. Um lote de sementes de soja de uma determinada cultivar apresenta as seguintes características: massa de mil sementes de 250 gramas e germinação de 95%. Qual a quantidade de sementes necessárias para o plantio de 100 hectares em quilogramas, com população final de 250 mil plantas/ha com espaçamento de 0,50 m?

(A) 62,50.

(B) 74,00.

(C) 7400.

(D) 6250.

(E) 8000.

50. Atualmente, os sistemas de integração estão se expandindo, especialmente para produção de grãos, fibra, energia, florestas e bovinos de corte e leite, além de ovinos e caprinos, dependendo da região. Assinale a opção CORRETA quanto aos sistemas de integração:

(A) Integração Lavoura-Pecuária (ILP): sistema de produção que integra o componente agrícola e pecuário somente em sucessão, na mesma área em sequência.

(B) Integração Pecuária-Floresta (IPF): sistema de produção que integra o componente pecuário (pastagem e animal) e florestal, em consórcio e rotação.

(C) Integração Lavoura-Floresta (ILF): sistema de produção que integra o componente florestal e agrícola pela consorciação de espécies arbóreas com cultivos agrícolas anuais ou perenes.

(D) Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF): sistema de produção que integra os componentes agrícola e pecuário em consórcio, com o componente florestal, na mesma área.

(E) Os Sistemas Silvipastoril e Silviagrícola podem ser implantados na mesma área, sem recomendações distintas.